



Ranking de Notícias: Direito de advogados no INSS foi destaque

Foi destaque nesta semana decisão que considerou ilegal obrigar advogados a fazer agendamento e respeitar “cota” de requerimentos nos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A autarquia dizia que não era justo conceder tratamento privilegiado a alguns profissionais, prejudicando segurados que não têm advogados. Mas a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região avaliou que “a busca de isonomia mediante restrição de direitos é atentatória ao princípio da eficiência”. Na mesma semana, o Supremo Tribunal Federal definiu que não se pode cobrar benefício previdenciário na Justiça antes de apresentar o pedido na esfera administrativa. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler as notícias.*

Estupro de vulnerável

O Superior Tribunal de Justiça decidiu que a prática sexual com menor de 14 anos é crime mesmo quando há consentimento. A 6ª Turma mudou decisões de primeira e segunda instâncias que haviam absolvido um padrasto acusado de fazer sexo com a enteada de 13 anos. Segundo a sentença, a garota havia aceitado as relações “de livre e espontânea vontade, sem coação, ameaça, violência ou temor”. O Tribunal de Justiça de São Paulo havia seguido a mesma tese. Para a 6ª Turma do STJ, porém, a presunção de violência nesse tipo de caso tem caráter absoluto. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Regra indispensável

Denúncias que apontem crimes de autoria coletiva devem obrigatoriamente descrever de os fatos atribuídos a cada um dos acusados, de forma precisa. Foi o que avaliou o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, ao extinguir ação contra um magistrado do Espírito Santo por suposta venda de decisões. Para o ministro, o Ministério Público Federal limitou-se a informações genéricas ao fazer a denúncia. Na contramão dessa tese, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça avaliou em outro caso que a descrição minuciosa e individualizada sobre cada acusado pode ser feita na fase de instrução criminal. *Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler as notícias.*

ESPECIAIS

Entrevista da semana

O juiz João Ricardo Costa, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, critica os rumos do Conselho Nacional de Justiça dez anos depois de sua criação, com a Emenda Constitucional 45/2004. “O papel mais importante é a administração da Justiça, a criação de políticas para que o Judiciário preste um bom serviço. O disciplinar não é tão importante porque a corrupção não é um problema do Judiciário”, avalia. Ele também aponta problemas que levam à morosidade da Justiça brasileiro. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*



Coluna da semana

O CNJ também foi tema da coluna *Justiça Comentada*, do advogado e professor Alexandre de Moraes. Ele afirma que o órgão tem atuado de forma positiva e que em diversas oportunidades o Supremo Tribunal Federal definiu os limites constitucionais de suas competências. Uma dessas restrições está na impossibilidade de o CNJ exercer controle difuso de constitucionalidade em seus julgamentos, afirma Moraes. *Clique [aqui](#) para ler o texto.*

Artigo da semana

As advogadas Ana Barros e Maria Olívia Machado, que atuam na área de *coaching*, afirmam que advogados devem superar suas “crenças limitantes” para aperfeiçoar a captação de clientes. Elas dizem que é possível desenvolver um estilo próprio de venda de serviços advocatícios que respeite as regras do órgão de classe, sugerindo que cada profissional busque ajuda de um *coach*, de um terapeuta ou mesmo de um colega. *Clique [aqui](#) para ler o artigo.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 647,8 mil visitas e teve 1,1 milhão de visualizações de página entre os dias 22 e 28 de agosto. A terça-feira (26/8) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 115 mil visitas.

O texto mais lido, com 23,8 mil visitas, foi sobre um juiz norte-americano que usou palavrão em uma sentença. Ao julgar o caso de uma mulher acusada de ajudar o namorado a estuprar, por várias vezes, sua filha de oito anos e ainda abusar sexualmente da filha de seis, o juiz Howard Simms afirmou que a ré era “provavelmente a puta mais desprezível que eu já encontrei na vida”. “Há um lugar especial no inferno para pessoas que fazem o que ela e o namorado fizeram”, escreveu ele, estipulando pena de 30 anos de prisão. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 16,7 mil visitas, a segunda notícia mais lida aborda decisão do Superior Tribunal de Justiça que considerou crime fazer sexo com menor de 14 anos mesmo quando há consentimento. Em primeira e segunda instâncias, o réu havia sido absolvido. De acordo com a 6ª Turma, no entanto, a presunção de violência nesse tipo de caso tem caráter absoluto. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

**As 10 mais lidas**

[Juiz americano perde estribeiras com mãe que ajudou namorado a abusar de filhas](#)

[Sexo com menor de 14 anos é crime, mesmo com consentimento](#)

[Matar o gordinho ou não? O que as escolhas morais têm a ver com o Direito?](#)

[Dilma aprova gratificação a MP, mas veta benefício a juízes federais](#)

[Crenças internas limitam advogados na captação de clientes](#)

[Perigo da criminalização judicial e quebra do Estado Democrático de Direito](#)

[OAB não pode impedir que advogados cancelem suas inscrições na entidade](#)

[Com decisão do TST, Orlando Diniz assume presidência da Fecomércio-RJ](#)

[É ilegal fixar agendamento e restrição a advogados em posto do INSS](#)

[Afastamento da Súmula 7 do STJ para aumentar honorários foi destaque](#)

Manchetes da Semana

[Candidatos ao governo de SP propõem melhorar pagamento de precatórios](#)

[TJ-SP pune desembargador Arthur Del Guércio Filho com aposentadoria](#)

[TRF-3 decide que é ilegal exigir que advogado agende atendimento no INSS](#)

[Globo é obrigada a mostrar campanha de Alexandre Padilha, decide TRE-SP](#)

[Candidata ofendida consegue direito de resposta em perfil no Facebook](#)

[Nomeação de irmão de juiz para cargo comissionado em TRF é nepotismo](#)

[Não há constrangimento em prisão de advogado em cela individual](#)

[Ministro Roberto Barroso propõe limitar repercussão geral no Supremo](#)

[Mesmo com absolvição, não cabe reparação por prisão temporária](#)

[OAB se mobiliza contra lei que impõe agendamento para conversa com juiz](#)

["Foco do CNJ deveria ser a administração do Judiciário"](#)

[Lei sobre relação entre ONGs e poder público cria figura de dirigente "ficha-suja"](#)

[Empresa inidônea não contamina subsidiária de forma automática](#)

Date Created

30/08/2014